

Prorrogação irregular da desoneração da folha pode gerar alerta nas contas de Bolsonaro

Fonte: Política Livre

A área técnica do TCU recomendou a emissão de um alerta ao presidente Jair Bolsonaro devido à sanção irregular da lei que prorrogou a desoneração da folha de pagamento, um benefício tributário concedido a empresas de 17 setores. A lei foi publicada na noite de 31 de dezembro de 2021 sem que o governo tenha adotado

as devidas medidas de compensação pela perda de receitas, como manda a LRF e a CF. "Ficou evidente a inobservância, por parte do Poder Executivo, de exigências constitucionais e legais para criação ou prorrogação de renúncias tributárias durante o exercício de 2021", diz parecer da área técnica do TCU, obtido pela reportagem.

Com alta dos juros, Tesouro Direto registra recorde de investidores

O Tesouro Direto atingiu a marca de 1.974.879 de pessoas com saldo em aplicações no mês de maio. Segundo o balanço divulgado pelo Ministério da Economia, nesta segunda-feira (27/6), é o maior número de investidores desde o início da série histórica, um aumento de quase 40 mil investidores em relação ao mês anterior. Fonte: Correio Brasiliense

IPCA-15: prévia da inflação acelera e chega a 0,69% em junho

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), conhecido como "prévia da inflação", chegou a 0,69% em junho, acima da taxa de 0,59% registrada em maio, segundo divulgou nesta sexta-feira (24/6) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fonte: Metrôpoles

CNI pede a presidenciáveis a manutenção de reforma trabalhista

A entidade que representa o setor industrial no Brasil convidou os candidatos à Presidência da República para um evento de hoje, no qual pretende apresentar uma série de propostas que já foram enviadas aos presidenciáveis, mas estão sendo debatidas aos poucos com a sociedade. As propostas da CNI têm viés liberal, pedindo menos regulação estatal com o argumento de que é preciso destravar a economia para levar o país a um caminho de crescimento sustentável. Fonte: Metrôpoles

Comissão debate com especialistas proposta que altera o sistema tributário nacional

A comissão especial da reforma tributária, que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 7/20, do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP), realizou audiência pública ontem (28). A PEC simplifica o sistema tributário, criando três classes de impostos - sobre renda, consumo e propriedade. Fonte: Câmara Notícias

Responsável solidário poderá substituir seus bens arrolados pelos da empresa

Os bens ou direitos arrolados de um responsável solidário podem ser substituídos pelos bens do principal devedor, mesmo que este não se enquadre nos requisitos para realização do arrolamento. No entanto, é necessário que o contribuinte realize um pedido antes da substituição. A nova regra consta no artigo 15, parágrafo 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.091, publicada pela Receita Federal quinta-feira (23/6). Fonte: Jota



Gerente que encaminhava pornografia para colegas de empresa recebe justa causa

A 11ª Vara do Trabalho do Fórum da Zona Sul de São Paulo manteve a dispensa por justa causa de uma gerente que enviou conteúdo pornográfico para grupo de WhatsApp de colegas da empresa. Para a juíza do trabalho Katia Bizzetto, "pode-se taxar o ato da autora como uma conduta grave e que deve ser punida de forma rigorosa, por atentar contra o decoro que deve permear as relações profissionais". Fonte: TRT2

Empresa pagará R\$ 1,1 milhão por uso sem licença de software

A juíza Caroline Bündchen Felisbino Teixeira, da 2ª Vara Cível da comarca de Joinville/SC, julgou parcialmente procedente ação indenizatória e condenou uma empresa ao pagamento de 1.186.410 reais por uso indevido de um programa de computador. Fonte: Migalhas

Mulher doente que foi demitida e perdeu plano de saúde será indenizada

A juíza do Trabalho Ananda Tostes Isoni, da 21ª vara do Trabalho de Brasília/DF, condenou um shopping e uma empresa de limpeza pela demissão de uma trabalhadora que estava de licença após ficar doente no trabalho. Na ação, a magistrada também condenou a empresa a pagar indenização de R\$ 15 mil à funcionária. Fonte: Migalhas

Justa causa aplicada a vigilante 18 meses após insubordinação será anulada

A Sétima Turma do TST rejeitou o exame do recurso da Mobra Serviços de Vigilância Ltda., contra decisão que anulou justa causa aplicada a um vigilante depois de dezoito meses de ocorrida a insubordinação, entendendo pelo perdão tácito. Fonte: TST